

EDITORIAL

Com a publicação do presente volume da Revista da Ordem dos Advogados (ROA), que integra os números III e IV de 2023, completa-se o 83.º ano de vida desta Revista.

A ROA já conheceu tempos bem mais difíceis do que aqueles por que passamos hoje. Afinal nasceu e viveu os seus primeiros 33 anos sob um regime ditatorial, de inspiração fascista.

Todavia, parece-nos incontornável que nos últimos tempos se assiste a um retrocesso em diversas dimensões do sistema de justiça, desde logo no domínio dos direitos fundamentais. Os próprios direitos, liberdades e garantias pessoais têm sido fortemente comprimidos, quer pelo legislador, quer, porventura sobretudo, pelo aplicador da lei, designadamente pelos atores estaduais do sistema judiciário, mormente o Ministério Público e os Tribunais.

Em recente entrevista ao canal televisivo *RTP3*, disse o Senhor Professor Doutor Paulo da Mota Pinto: “Nós temos situações que simplesmente bradam aos céus. Eu não percebo como é que qualquer jurista não se revolta com isto. Como é possível ter uma pessoa 4 anos em escuta, sem ser sequer constituída arguida, sem ser ouvida ...? Mas não há Juízes em Lisboa? Não há Procuradores em Lisboa? Acham que isto é aceitável? Isto é um procedimento caraterístico nas polícias secretas”. Com a devida vénia, ousamos ampliar tais interrogações, perguntando se já não há Magistrados em Portugal. E ousamo-lo porquanto a degradação de direitos fundamentais de sujeitos e participantes processuais não se verifica somente em processos mediáticos, que normalmente correm na capital. Porventura até se mostra mais frequente e intensa em processos nos quais apenas intervêm cidadãos anónimos, tramitados longe dos holofotes da comunicação social, pelo país fora.

Neste quadro, a ROA pode e deve exercer um papel da maior importância, com vista a que o sistema de justiça português reflita uma conceção

humanista e democrática, que é, iniludivelmente, a conceção que a Constituição da República Portuguesa assume. No entanto, a concretização desta função está sobretudo nas mãos dos nossos autores. Apelamos, por isso, a que nos façam chegar propostas de publicação de textos que a persigam.

*

O volume da ROA que agora se publica integra alguns textos correspondentes a comunicações apresentadas nas “*Terceiras Jornadas a Sul do Direito Civil e Processual Civil*”, organizadas conjuntamente pelo Tribunal da Relação de Évora e pelo Conselho Regional de Évora da Ordem dos Advogados, que tiveram lugar em novembro de 2023. Eventos deste jaez igualmente concorrem para o aperfeiçoamento do sistema de justiça, o que vale por dizer, segundo cremos, porque somos otimistas, para um sistema de justiça mais humanista e democrático. E, não menos importante, contribuem grandemente para que os atores desse sistema, ou pelo menos alguns deles, melhor se conheçam e compreendam mutuamente, facilitando a concretização das respetivas funções processuais. São, por isso, bem-vindas propostas de publicação pela ROA de textos apresentados em eventos desse tipo.

Lisboa, 10 de maio de 2024

RENATO LOPES MILITÃO
Doutor em Direito — Ciências Jurídico-Criminais
Subdiretor da ROA